

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e
Relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Itumbiara Transmissora de Energia S.A** (“**ITE**” ou “**Companhia**”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A ITE é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	817,95
Tensão em kV:	500/230
Subestações próprias/acessadas:	5

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ R\$ 216.652.831 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e um reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 268.674.010 (duzentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e dez reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	3,62	3,35
• Liquidez corrente	5,15	4,22
• Relação patrimônio líquido/ativo	72,38%	70,18%
• Relação passivo não circulante/ativo	22,25%	22,36%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	17,30%	18,22%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	22,25%	26,41%
Ativos totais - R\$	835.041.979	876.090.900
Lucro líquido do exercício – R\$	104.590.463	112.017.245

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o



objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.



5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

Kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.006.247	54.805.286
Concessionárias e permissionárias	6	19.449.653	21.849.637
Contas a receber - partes relacionadas	22	8.708.944	4.038.586
Estoques	7	14.711.670	14.845.506
Adiantamento a fornecedores		1.309.111	3.750.094
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		88.835	346.435
Outros impostos a recuperar		2.153.161	1.487.660
Ativos de contrato	8	119.749.522	170.105.072
Outros ativos circulantes		6.706.052	4.624.871
		230.883.195	275.853.147
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	1.454.793	-
Ativos de contrato	8	595.820.450	587.701.921
Outros ativos não circulantes	10	1.692.999	7.914.134
Imobilizado		4.375.892	4.009.160
Intangível		814.650	612.538
		604.158.784	600.237.753
Total do ativo		835.041.979	876.090.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		3.078.304	3.117.346
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.410.048	1.723.421
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	19.472.800	43.334.978
Outros impostos a pagar	11	4.552.795	4.031.778
Taxas regulamentares	12	9.608.715	7.812.482
Outros passivos circulantes		6.683.434	5.301.857
		44.806.096	65.321.862
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		1.236.415	1.100.206
Provisão para contingências	13	4.851.200	7.002.107
Impostos diferidos	14	179.708.308	187.790.501
		185.795.923	195.892.814
Patrimônio líquido			
Capital social	15	402.460.000	402.460.000
Retenção de lucros		142.336.776	182.729.493
Reserva legal		34.916.254	29.686.731
Reserva de incentivos fiscais		24.726.930	-
		604.439.960	614.876.224
Total do passivo e do patrimônio líquido		835.041.979	876.090.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	148.392.231	189.717.620
Custo da operação	17	<u>(26.288.611)</u>	<u>(13.220.412)</u>
Lucro bruto		<u>122.103.620</u>	<u>176.497.208</u>
Despesas gerais e administrativas	18	(12.282.701)	(7.479.155)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas	19	<u>24.659.864</u>	<u>(6.617.037)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>134.480.783</u>	<u>162.401.016</u>
Resultado financeiro	20	<u>4.132.455</u>	<u>8.001.863</u>
Receita financeira		6.926.958	21.190.749
Despesa financeira		<u>(2.794.503)</u>	<u>(13.188.886)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>138.613.238</u>	<u>170.402.879</u>
IRPJ e CSLL correntes	21	(38.243.130)	(47.582.938)
IRPJ e CSLL diferidos	21	<u>4.220.355</u>	<u>(10.802.696)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>104.590.463</u>	<u>112.017.245</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	104.590.463	112.017.245
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>104.590.463</u>	<u>112.017.245</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em Reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros		Lucro acumulado	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	402.460.000	-	24.085.869	176.392.648	-	602.938.517
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	112.017.245	112.017.245
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 15)	-	-	-	-	(17.609.305)	(17.609.305)
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 15)	-	-	5.600.862	-	(5.600.862)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	-	88.807.078	(88.807.078)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	-	(82.470.233)	-	(82.470.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	402.460.000	-	29.686.731	182.729.493	-	614.876.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	104.590.463	104.590.463
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 15)	-	-	-	-	(6.205.947)	(6.205.947)
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 15)	-	-	5.229.523	-	(5.229.523)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 15)	-	24.726.930	-	-	(24.726.930)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	-	68.428.063	(68.428.063)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	-	(108.820.780)	-	(108.820.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	402.460.000	24.726.930	34.916.254	142.336.776	-	604.439.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		138.613.238	170.402.879
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		-	(3.833.029)
Depreciação e amortização		936.162	990.549
Baixa de imobilizado e intangível		-	5.320
Recebimento de títulos e valores mobiliários		(129.953)	-
Provisão para perda de crédito esperada	6	1.216.919	(1.324.977)
Provisão para contingências	13	(2.150.907)	141.413
Provisão para compensação ambiental		136.211	46.706
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		1.183.066	6.438.326
Contas a receber - partes relacionadas		(4.670.357)	546.812
Ativo de contrato	8	42.237.021	36.426.369
Estoques		133.836	(1.441.573)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		257.601	631.085
Outros impostos a recuperar		(665.501)	(75.750)
Adiantamentos a fornecedores		2.440.983	527.424
Imobilizado e intangível		1.770	-
Outros ativos		4.139.950	(1.403.139)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		(352.413)	(2.163.841)
Tributos e contribuições sociais		(10.270.328)	17.137.418
Taxas regulamentares		1.796.233	(3.130.608)
Outros passivos		1.381.576	(5.019.733)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		176.235.107	214.901.651
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(34.850.292)	(48.576.913)
Outros impostos pagos		(21.256.403)	(25.011.474)
Juros pagos		-	(1.870.026)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		120.128.412	139.443.238
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.506.775)	(702.281)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(1.324.841)	-
Fluxo de caixa (utilizados nas) atividades de investimento		(2.831.616)	(702.281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos		-	(111.982.377)
Dividendos pagos	15	(108.820.780)	(82.470.233)
Juros sobre capital próprio	15	(5.275.055)	(30.938.671)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(114.095.835)	(225.391.281)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.200.961	(86.650.324)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		54.805.286	141.455.610
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		58.006.247	54.805.286

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas no Estado de Mato Grosso, Minas Gerais, e Goiás.

A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 367 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás.
- (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km cada, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.

- (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 98.747.358 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 270.598.944 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 268.674.010 (duzentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e dez reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 216.652.831 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e um reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.

- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1.124
Bancos	718.825	3.845.800
Aplicações financeiras(i)	<u>57.287.422</u>	<u>50.958.362</u>
	<u>58.006.247</u>	<u>54.805.286</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,68% do CDI em 2022 e de 104,96% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação).

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	17.512.668	19.927.501
Vencidas até 30 dias	28.540	108.681
Vencidas até 60 dias	6.798	8.481
Vencidas até 90 dias	16.406	8.678
Vencidas há mais de 90 dias (i)	<u>3.174.869</u>	<u>1.869.005</u>
	<u>20.739.281</u>	<u>21.922.346</u>
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	<u>(1.289.628)</u>	<u>(72.709)</u>
	<u>19.449.653</u>	<u>21.849.637</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(72.709)	(1.397.686)
Reversão de provisão	29.318	1.324.977
Complemento de provisão (i)	<u>(1.246.237)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(1.289.628)</u>	<u>(72.709)</u>

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos.

7 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>14.711.670</u>	<u>14.845.506</u>
	<u>14.711.670</u>	<u>14.845.506</u>

- (i) Variação refere-se a consumo das peças de almoxarifado a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano

8 Ativos de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	119.749.522	170.105.072
Não circulante	<u>595.820.450</u>	<u>587.701.921</u>
	<u>715.569.972</u>	<u>757.806.993</u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>794.233.362</u>
Receita de O&M (i)	44.974.505
Receita de remuneração (ii)	132.667.095
Recebimentos (iii)	(211.415.383)
Imobilizado em curso (iv)	<u>(2.652.586)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>757.806.993</u>
Circulante	170.105.072
Não circulante	587.701.921
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>757.806.993</u>
Receita de O&M (i)	45.088.350
Receita de remuneração (ii)	128.815.312
Recebimentos (iii)	(215.653.263)
Imobilizado em curso (iv)	<u>(487.420)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>715.569.972</u>
Circulante	119.749.522
Não circulante	595.820.450

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (ii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração.
- (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL.
- (iv) Variação refere-se a baixa de adiantamentos de projetos de reforço.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

9 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva (SUDAM) (i)	1.454.793	-
	1.454.793	-

- (i) O saldo apresentado como não circulante é referente ao depósito efetuado em conta específica, vinculada ao benefício de reinvestimento do IRPJ (SUDAM).

10 Outros ativos não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	101.990	102.392
Reembolsos (i)	1.582.878	7.800.977
Antecipação de seguros	8.131	10.765
	1.692.999	7.914.134

- (i) Variação refere - se substancialmente no reembolso de despesas jurídicas pagos pela companhia de responsabilidade dos vendedores no valor de R\$ 3.597.297 (três milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e sete reais) conforme acordo entre as partes . Houve também mudanças de valores de processos provisionados de servidão e estorno de processos por mudanças de prognóstico e valor onde os principais são : 0352018-03.2005.8.09.0137 e 0351167-61.2005.8.09.0137

11 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	11.810.051	32.384.003
CSLL (i)	<u>7.662.749</u>	<u>10.950.975</u>
	<u>19.472.800</u>	<u>43.334.978</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	259.621	178.198
COFINS	1.206.519	824.197
INSS empregado	670.062	624.638
IRRF	1.634.994	1.633.629
Outros	<u>781.599</u>	<u>771.116</u>
	<u>4.552.795</u>	<u>4.031.778</u>

(i) Redução refere-se a inclusão da empresa no programa de incentivo fiscal (SUDAM) no exercício de 2022.

12 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva global de reversão (RGR) (i)	305.215	360.142
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	542.059	556.087
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	<u>8.761.441</u>	<u>6.896.253</u>
	<u>9.608.715</u>	<u>7.812.482</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 573.507 (quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e sete reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 686.653 (seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e três reais).

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

13 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	662.166	102.187
Cível	2.485.062	2.211.293
Servidão	1.703.972	4.688.627
	4.851.200	7.002.107

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Cíveis	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	102.187	2.211.293	4.688.627	7.002.107
Adições e reversões, líquidas (i)	592.465	-	(2.984.655)	(2.392.190)
Pagamentos	(64.144)	-	-	(64.144)
Atualizações monetárias	31.658	273.769		305.427
Saldo em 31 de dezembro de 2022	662.166	2.485.062	1.703.972	4.851.200

	Trabalhistas	Cíveis	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>54.694</u>	<u>2.117.373</u>	<u>4.688.627</u>	<u>6.860.694</u>
Adições e reversões, líquidas (ii)	39.953	-	-	39.953
Atualizações monetárias	<u>7.540</u>	<u>93.920</u>	<u>-</u>	<u>101.460</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>102.187</u>	<u>2.211.293</u>	<u>4.688.627</u>	<u>7.002.107</u>

- (i) As variações ocorreram, basicamente, no caso trabalhista, por força de adição feita em razão de apontamento de risco diante de decisão judicial que desproveu recurso da Companhia. O risco atual e provável do processo é de R\$ 636.426 (seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais). No caso das servidões as variações ocorreram em decorrência de decisões judiciais cujo teor indicaram à Companhia a necessária readequação do valor do risco envolvido nas ações judiciais. Por fim, no âmbito cível destacaram aspectos relacionados à atualização monetária.
- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e por força da atualização monetária; e as provisões constituídas referem-se à riscos cíveis, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão, e as trabalhistas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, conforme segue.:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	104.730	-
Cível (ii)	213.220	213.220
Fiscal (iii)	<u>36.128.187</u>	<u>36.776.059</u>
	<u>36.446.137</u>	<u>36.989.279</u>

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações judiciais trabalhistas nas quais são discutidos assuntos atinentes o pagamento de supostas horas extras e seus respectivos reflexos. O valor de exposição atual é de R\$ 104.730 (cento e quatro mil, setecentos e trinta reais) , e envolve duas ações trabalhistas. Em um dos casos aguarda-se julgamento, pois a fase de instrução já se encerrou. No segundo caso, aguarda-se a realização de audiência de instrução.
- (ii) Processos cíveis: Referem-se a ação judicial autuada por meio do processo nº 0000089-56.2017.8.11.0095, na qual se discute a responsabilidade por acidente de trânsito. O trâmite se dá junto ao Estado de Mato Grosso.
- (iii) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS. Variação refere-se a inclusão de um processo iniciado em 2021 visando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, discutidos na Execução Fiscal nº 1000755-83.2021.8.11.0003, ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, e que teve seu trâmite suspenso por força de decisão proferida em favor da Companhia nos autos da Ação Anulatória nº 1038359-03.2017.8.11.0041, que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ICMS que o Estado cobrava da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na ação anulatória ajuizada pela Companhia. Os temas aqui referidos são tratados em seis processos administrativos e sete processos judiciais, a seguir os principais processos enumerados além dos já citados: 15374.955519/2009-01, 15374.955520/2009-27, 15374.955521/2009-71, 15374.974875/2009-15, 15374.974876/2009-60 e 5834490/2020, os quais tramitam pela via administrativa nos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso. O valor de exposição atual dos principais casos é de R\$ 32.706.414 (trinta e dois milhões, setecentos e seis mil, quatrocentos e quatorze reais).

14 Impostos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos	113.546.159	117.766.514
IR Diferido	83.489.823	86.593.025
CSLL Diferida	30.056.336	31.173.489
Pis e Cofins diferidos	66.162.149	70.023.987
Pis Diferido	11.801.897	12.490.765
Cofins Diferido	54.360.252	57.533.222
	179.708.308	187.790.501

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 402.460.000 (quatrocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), dividido em 402.460.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 182.729.493 (cento e oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022 o valor disponível é de R\$ 142.336.776 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais).

d. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022, podendo ser fruído de janeiro de 2021 a dezembro de 2030. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2022, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2021.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 24.726.930 (vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta reais) em 31 de dezembro de 2022.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	104.590.463	112.017.245
Reserva legal (5%)	<u>(5.229.523)</u>	<u>(5.600.862)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>99.360.940</u>	<u>106.416.383</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>993.609</u>	<u>1.064.164</u>
Juros sobre capital próprio (i)	(6.205.947)	(17.609.305)

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 82.470.233 (oitenta e dois milhões quatrocentos e setenta mil duzentos e trinta e três reais). Esse montante foi pago ao longo do exercício de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 17.609.305 (dezesete milhões seiscentos e nove mil trezentos e cinco reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.641.395,60 (dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 14.967.908,4 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, novecentos e oito reais e quarenta centavos). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 99.115.508 (noventa e nove milhões, cento e quinze mil, quinhentos e oito reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 9.705.272 (nove milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e setenta e dois reais). Esse montante foi pago em 20 de dezembro de 2022.

Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 6.205.947 (seis milhões duzentos e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 930.892 (novecentos e trinta mil, oitocentos e noventa e dois reais), o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 5.275.055 (cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil e cinquenta e cinco reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

16 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	<u>174.412.993</u>	<u>220.830.354</u>
Receita de operação e manutenção (i)	45.088.350	44.974.505
Remuneração dos ativos de contrato	128.815.312	132.667.095
Outras despesas /receitas (ii)	<u>509.331</u>	<u>43.188.754</u>
Deduções da receita operacional	<u>(26.020.762)</u>	<u>(31.112.734)</u>
Pis e Cofins correntes	(20.037.330)	(23.536.712)
Pis e Cofins diferidos	3.861.838	3.124.075
RGR	(7.211.648)	(7.616.974)
P&D	(1.862.800)	(2.203.673)
TFSEE	<u>(770.822)</u>	<u>(879.450)</u>
	<u>148.392.231</u>	<u>189.717.620</u>

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.

- (ii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IGPM apresentou uma tendência de queda recente quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou à patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

17 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(11.372.564)	(11.682.033)
Material (i)	(2.827.072)	(1.098.559)
Serviços de terceiros	(2.659.432)	(2.483.287)
Arrendamentos e aluguéis	(123.330)	(113.565)
Seguros	(410.045)	(358.104)
Tributos	(809.842)	(57.112)
Custo de operação e manutenção (ii)	(6.373.332)	3.805.874
Gastos diversos	(1.712.994)	(1.233.626)
	<u>(26.288.611)</u>	<u>(13.220.412)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente a perda de inventário em 2022 devido a inspeção técnica interna no almoxarifado e compra de materiais para manutenção corretiva de equipamentos das regionais .
- (ii) Variação refere-se ao encerramento dos projetos de reforço para ampliação de banco de capacitores da subestação e substituição dos bancos de reatores da companhia no exercício de 2021.

18 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(6.878.160)	(8.044.027)
Administradores	(428.504)	(626.938)
Material	(215.721)	(258.946)
Serviços de terceiros	(1.103.660)	(1.144.424)
Arrendamentos e aluguéis	(139.215)	(105.267)
Provisão/reversão (i)	(1.823.415)	4.849.026
Tributos	(102.905)	(27.792)
Depreciação e amortização	(267.726)	(301.875)
Telecomunicação	(545.927)	(489.648)
Outras (ii)	(777.468)	(1.329.264)
	<u>(12.282.701)</u>	<u>(7.479.155)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados, ocorrida no exercício de 2021, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN. Em 2022 , houve provisão para perda de crédito esperada grupo Quinturaré conforme nota explicativa 6,
- (ii) Variação refere-se substancialmente a ganho referente a ajuste de inventário no exercício de 2022.

19 Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas da prestação de serviços	2.414.352	2.201.607
Reserva SUDAM (i)	24.726.930	-
Outras receitas e rendas	-	238.500
Tributos sobre a receita	(326.770)	(386.813)
Pessoal	(469.950)	(586.680)
Perdas de alienação e desativação (ii)	-	(6.349.891)
Depreciação	(668.435)	(688.674)
Contrato de Compartilhamento de instalações (CCI) sem receita atrelada	(966.033)	(844.464)
Outros	<u>(50.230)</u>	<u>(200.622)</u>
	<u>24.659.864</u>	<u>(6.617.037)</u>

- (i) Valor refere-se e ao incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022.
- (ii) Variação refere-se à baixa de ativo imobilizado devido a sucata e material obsoleto no exercício de 2021.

20 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	<u>6.926.958</u>	<u>21.190.749</u>
Receitas de aplicações financeiras	6.136.229	3.557.627
Variações cambiais ativas (i)	-	17.207.585
Outras receitas financeiras	1.128.543	619.787
Tributos sobre receitas financeiras	<u>(337.814)</u>	<u>(194.250)</u>
Despesas financeiras	<u>(2.794.503)</u>	<u>(13.188.886)</u>
Variações cambiais passivas (i)	-	(11.479.583)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (i)	-	(2.518.314)
Outras despesas financeiras (ii)	<u>(2.794.503)</u>	<u>809.011</u>
	<u>4.132.455</u>	<u>8.001.863</u>

- (i) Redução refere-se à quitação do empréstimo com a SGID em julho/2021.
- (ii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados, ocorrida no exercício de 2021, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

21 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	138.613.238	170.402.879
Adições/Exclusões não dedutíveis	5.318.232	941.628
Variação Cambial	-	14.745.526
Ajustes ICPC 01	2.616.025	(27.304.990)
Juros s/ Capital Próprio	(6.205.947)	(17.609.305)
Outros	(1.114.367)	-
Lucro Real	<u>139.227.181</u>	<u>141.175.738</u>
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	<u>139.227.181</u>	<u>141.175.738</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(28.601.062)	(35.269.935)
Inc. Fiscais	763.248	392.813
IRPJ devido (25%)	<u>(27.837.814)</u>	<u>(34.877.122)</u>
CSLL (9%)	<u>(10.405.316)</u>	<u>(12.705.816)</u>
IR e CS correntes	(38.243.130)	(47.582.938)
IR e CS diferidos	4.220.355	(10.802.696)
	<u>(34.022.775)</u>	<u>(58.385.634)</u>
Alíquota efetiva	<u>28%</u>	<u>28%</u>

22 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas (i)	<u>8.708.944</u>	<u>4.038.586</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	6.684.805	4.029.486
Outros	2.024.139	9.100
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	9.100	9.100
Intercompany SGBH - Reembolso de NOD Gemini (ii)	2.015.039	-

22.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
	<u>1.410.048</u>	<u>1.723.421</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.410.048</u>	<u>1.723.421</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.402.950	1.705.502
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	10.821
Outros	<u>7.098</u>	<u>7.098</u>
Intercompany Guaraciaba - Despesas de pessoal	6.221	6.221
Intercompany SMTE - Despesas de pessoal	877	877

22.3 Resultados

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>16.167.076</u>	<u>13.684.195</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	16.440.420	10.661.670
Aluguel (iii)	(121.059)	(66.364)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	(152.285)	(120.799)
Despesa de juros de empréstimo com a SGID (nota explicativa 20)	-	(2.518.314)
Variação cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 20)	-	17.207.585
Variação cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 20)	-	(11.479.583)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.
- (iv) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

22.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	795.577	986.139
Benefícios diretos e indiretos	139.670	208.059
Encargos	473.702	551.920
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>643.580</u>	<u>681.657</u>
Valor total da remuneração	<u>2.052.529</u>	<u>2.427.775</u>

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 23.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.006.247	54.805.286
Títulos e valores mobiliários	9	1.454.793	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	22	8.708.944	4.038.586
Concessionárias e permissionárias	6	19.449.653	21.849.637
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros		3.078.304	3.117.346
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.410.048	1.723.421

23.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

<i>Efeito em Reais</i>	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	58.006.247	54.805.286
Títulos e valores mobiliários	1.454.793	-
Contas a receber partes relacionadas	8.708.944	4.038.586
Concessionária e Permissionárias	19.449.653	21.849.637

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	466.307.071	466.307.071
Veículos	Carros	<u>2.988.079</u>	<u>2.315.938</u>
		<u>489.295.150</u>	<u>488.623.009</u>

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente
103573/O-2

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ -